



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

**CONTRATO PMSG Nº 001/2021**

**TERMO DE CONTRATO PARA  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA  
ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO  
MISTA DO PROJETO TRABALHO  
SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA,  
MINHA VIDA – SECRETARIA  
MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA  
E PROJETOS ESPECIAIS, QUE ENTRE  
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO  
GONÇALO E A ASP ASSESSORIA  
SOCIAL E PESQUISA LTDA - EPP.**

Aos dois dias do mês de março do ano de 2021, o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado, neste ato, pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA E PROJETOS ESPECIAIS**, o Sr. **DOUGLAS RUAS DOS SANTOS**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 0407600130, expedida pelo Detran, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, sob o nº 122.727.497-12; e, do outro lado, a **ASP ASSESSORIA SOCIAL E PESQUISA LTDA**, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida na Rua São Paulo, nº 893 – Sala 409/410, Centro, CEP 30.170-33, Belo Horizonte/MG, inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 19.704.303/0001-13, neste ato representada pelo Sr. **GUTEMBERG FERNANDES**, Carteira de Identidade M-4 nº 030.472 expedida pela SSP-MG e inscrito no Cadastro Pessoa Física – CPF, sob o nº 133.966.846-72, e, tendo em vista a decisão proferida no Processo Administrativo nº **12.156/2018**, em virtude do Pregão Eletrônico PMSG Nº 093/2020, assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto Municipal nº 004, de 13 de Janeiro de 2020, e, ainda, pelas

16

G



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO**

**1.1** Prestação de serviços para execução mista do Projeto Trabalho Social do Programa Minha Casa, Minha Vida – Secretaria Municipal de Gestão Integrada e Projetos Especiais.

**1.2** O presente instrumento terá a vigência de 08 (oito) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos moldes do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS**

**2.1** Este trabalho consiste no Projeto de Trabalho Social – PST, que visa executar ações da fase pré-contratual (transitória) do Trabalho Social, seguido do planejamento das ações e articulações Inter setoriais, bem como sugerir ações estratégicas para o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST), conforme a Portaria nº 21.

**2.2** Objetiva-se proporcionar meios e as condições necessárias para o exercício da participação cidadã das famílias beneficiadas e contribuir para melhoria das condições de vida, garantindo a sustentabilidade do empreendimento, através do desenvolvimento de ações educativas, de organização social, de educação ambiental e de geração de trabalho e renda, bem como, de avaliação e monitoramento dos resultados traçados para este PTS.

**2.3** Os objetivos deste PTS foram inspirados em quatro eixos orientados, de acordo com a Portaria nº 21.

**Eixo I: Mobilização Organizacional e Fortalecimento Social;**

**EIXO II: Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção;**

**EIXO III: Educação Ambiental e Patrimonial;**

**EIXO IV: Desenvolvimento Socioeconômico.**

**2.4 Objetivo Geral**

**2.4.1.** Promover o envolvimento dos moradores beneficiários dos empreendimentos Cidade Verde I, III e IV através de um processo participativo de formação e implantação dos condomínios, estimulando a passagem de conhecimento e familiarização dos beneficiários sobre as regras do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, incentivando a organização da comunidade e a criação de laços de vizinhança, que some para organização da população, para gestão comunitária, melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas e a sustentabilidade do empreendimento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

## **2.5. Objetivos Específicos**

- Apresentar aos beneficiários a proposta do PTS e critérios de participação;
- Esclarecer os moradores sobre os procedimentos adotados para entrega dos imóveis;
- Realizar levantamento e pactuar parceria com a rede de serviços da região onde estão situados os empreendimentos;
- Promover Plantão Social para orientação e encaminhamento de demandas sociais, construtivas e contratuais;
- Apoiar os beneficiários na apropriação dos saberes sobre gestão condominial;
- Mobilizar a consolidação de um grupo representativo que apoie as ações de adaptação à vida em condomínio, construção de laços de vizinhança e construção de parceria entre os novos moradores.
- Incentivar a organização social e comunitária dos beneficiários com vistas à autonomia na gestão democrática dos processos da vida em condomínio.
- Elaborar o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **3.1. DA CONTRATADA**

**3.1.1.** A contratada tem por obrigação, executar, por sua conta, todas as despesas relativas à prestação dos serviços do presente contrato, inclusive todas as taxas e impostos incidentes sobre o mesmo, bem como o custo do transporte em razão da execução do contrato, computando-se carga e descarga, ocorrendo toda operação única e exclusivamente por sua conta, risco e responsabilidade.

**3.1.2.** Observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora, eximindo de todo e qualquer pagamento a este título o Município de São Gonçalo, quer por solidariedade, quer por substituição da qualidade de empregador.

**3.1.3.** Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer da aquisição/serviço contratado, responsabilizando-se



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do CONTRATANTE.

**3.1.4.** A CONTRATADA se obriga a manter durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

**3.1.5.** A CONTRATADA fica obrigada, no caso de realização de atividades que demandem qualquer tipo de infraestrutura a ser disponibilizada pelo CONTRATANTE, comunicá-la no prazo mínimo de 30 dias de antecedência.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

**4.1.** A despesa no valor de **RS 151.998,99 (cento e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos)** correrá à conta do Programa de Trabalho nº 2068.04.122.2044.2.135, Natureza de Despesa nº 3.3.90.39.00, Fonte de Recursos nº 08 e Código Reduzido 843.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**5.1.** Os pagamentos das notas fiscais e/ou faturas devidamente atestadas serão efetuados de acordo com o cronograma de execução do Projeto de Trabalho Social, após a aprovação dos relatórios de medição e/ou entrega dos produtos pela Caixa Econômica Federal, dependente do depósito na conta do convênio do valor aprovado, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão Integrada e Projetos Especiais. As notas fiscais deverão ser entregues a pedido da equipe de trabalho social, pois são condicionantes para o envio dos Relatórios de Medição para a Caixa Econômica Federal.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO**

**6.1** O preço contratado permanecerá irrevogável durante 12 meses, contados da data da apresentação da proposta. Passados 12 meses da data da apresentação da proposta, o seu valor poderá a requerimento da contratada e desde que a hipótese legal seja verificada, ser reajustado, alcançando a data da formulação da proposta. Sendo revisto com base na fórmula  $R = \{(I-10) / 10\} \times V$ , onde:

R – é o valor do reajustamento procurado;

I – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referente aos serviços especificados e relativos ao mês de execução destes;

G

G



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

IO - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relativo ao mês de apresentação da proposta;

V - É o valor inicial contratual dos serviços.

6.2 O atraso na execução dos serviços, imputável à CONTRATADA, não gerará direito a reajustes ou a atualização monetária;

6.3 A CONTRATADA deverá ainda obedecer todas as orientações e especificações contidas no Termo de Referência, parte integrante deste.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA NO TODO OU EM PARTE E DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.**

7.1. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios. Observe-se, ainda, que é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação (Decreto nº 8.538, de 2015, art. 7º, inciso I e §2º).

7.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

8.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I - Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.

II - Unilateralmente pela Administração.

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93.

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, o MUNICÍPIO aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

**9.1.1** Advertência escrita;

**9.1.2** Multa;

**9.1.3** Suspensão temporária;

**9.1.4** Declaração de inidoneidade.

**9.2.** Advertência por escrito, quando a CONTRATADA infringir obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela FISCALIZAÇÃO, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

**9.3.** Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato

**9.3.1.** A Comissão ou servidor especialmente designado serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

**10.3.2.** A multa a que se referem o artigo 86 e o inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

**9.3.1.1.** Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

**9.3.1.2.** Por inexecução total ou parcial.

**9.3.1.3.** No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

**9.3.1.4.** No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

atraso,

**9.4. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa**

**9.4.1.** Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

**9.4.2.** Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

**9.4.3.** As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

**9.4.4.** As multas serão recolhidas em favor do CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art. 109, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

**9.4.5.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do **SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA E PROJETOS ESPECIAIS.**

**9.4.6.** Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado no item 9.4.4. Será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

**9.4.7.** A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.

**9.4.8.** Em se tratando de Compras, será considerado como inexecução total do Contrato,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

por parte da CONTRATADA, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.

**9.4.9.** Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo **SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA E PROJETOS ESPECIAIS**, Órgão integrante da Administração Pública indireta.

**9.5.** Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO** e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA E PROJETOS ESPECIAIS**, por prazo não superior a dois anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

**9.6.** Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

**9.6.1.** O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADA será encaminhado para a Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo para apreciação, antes de ser publicada.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO**

**10.1.** As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

**10.2.** O CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

**10.3.** Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS FORTUITOS OU**

*[Handwritten signature]*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

## **MOTIVOS DE FORÇA MAIOR**

**11.1.** Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das PARTES, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste CONTRATO.

**11.2.** Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela fiscalização da Fundação Municipal de Saúde, para que este decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem as entregas do objeto deste CONTRATO.

**11.3.** Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas PARTES.

**11.4.** Serão para fins deste CONTRATO casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

**11.5.** Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste CONTRATO.

**11.6.** No caso de não ser reconhecida pelo CONTRATANTE a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste CONTRATO.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO**

**12.1.** A Administração Municipal, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA E PROJETOS ESPECIAIS**, publicará no Diário Oficial Eletrônico do Município o extrato do contrato celebrado em decorrência de licitação realizada na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias da data da assinatura, conforme artigo 48 do Decreto Municipal nº 004/2020.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

**13.1.** A prestação dos serviços objeto deste serão fiscalizados por servidor do Município, através da Secretaria Municipal de Gestão Integrada e Projetos Especiais, formalmente designado, incumbindo-lhe, consequentemente, a prática de todos os atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação própria, no Edital de licitação, e nas especificações dos materiais, inclusive quanto a recomendar à autoridade competente a

A

C

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

aplicação das penalidades previstas no futuro Contrato e na Legislação em vigor e, ainda, anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos mesmos, determinando, expressamente o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados.

**13.2.** A CONTRATADA se compromete a aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotado pela fiscalização previstos no contrato, conforme processo administrativo de dispensa de licitação nº 21.989/2016, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações e esclarecimentos que a fiscalização julgar necessário ao desempenho de suas atividades.

**13.3.** A existência e a atuação da fiscalização do CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Ficam reservados à Fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento do objeto deste Contrato.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

**15.2.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**15.3.** É prerrogativa do CONTRATANTE as disposições previstas no art. 58, da Lei nº 8.666/93.

**15.4.** O presente contrato integra o ato convocatório desta licitação e seus anexos a este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

16.1. Obriga-se a CONTRATADA, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento. Para firmeza e validade do que ficou estipulado, as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Mario Gabriela Boas  
Subsecretária de Gestão  
Integrada e Projetos Especiais  
Mat. 124548

<p><i>H. J. J. J.</i></p> <p><b>MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO</b> Representado pelo Secretário Municipal de Gestão Integrada e Projetos Especiais</p> <p><b>CONTRATANTE</b></p>	<p><i>Gutemberg Fernandes</i></p> <p><b>ASP ASSESSORIA SOCIAL E PESQUISA LTDA</b> Representada pelo Sr. Gutemberg Fernandes</p> <p><b>CONTRATADA</b></p>
--	--

TESTEMUNHAS:

Assinatura: *Camila*  
Nome: Camila Cristoforo  
CPF: 012 204 126-78

Assinatura: *Luciano*  
Nome: Luciano Vieira Barbosa  
CPF: 118.680.107-75 do Rio

Luciano Vieira C. Silva  
R. 118.680.107-75  
M. 118.680.107-75